

OLHAR, OUVIR E ATENDER:

Centro de Referência de Atenção à Mulher Loreta Valadares*

Jenefer Estrela Soares**

Cecília M. B. Sardenberg***

Resumo

O presente artigo analisa o processo de criação do Centro de Referência de Atenção à mulher Loreta Valadares-CRAMLV. O estudo parte da compreensão da categoria de análise gênero, relevante para o entendimento das desigualdades construídas entre homens e mulheres. Neste sentido, a violência aparece enquanto mecanismo utilizado afim de restringir as mulheres no exercício de sua autonomia. O avanço dos movimentos feministas e de mulheres se mostrou relevante na luta por mecanismos de enfrentamento para as violências vivenciadas por mulheres e, em meio a tantas conquistas, o CRAMLV se constitui como uma delas. O trabalho utilizou uma metodologia qualitativa, tendo como instrumentos: as observações, a aplicação de questionário, entrevistas aprofundadas e diário de campo. A amostra presente no artigo foi composta por diferentes colaboradores, sendo 4 assistidas, 3 integrantes da equipe técnica responsável pelo atendimento das assistidas e 7 mulheres que fizeram parte dos movimentos feministas e de mulheres, em Salvador-BA, que se uniram em prol da criação do serviço. O conjunto dessas entrevistas evidenciou a importância dos movimentos feministas e de mulheres para a elaboração do projeto do Centro, para a sua criação e a implantação do serviço. Mostrou-se, também, a importância de um atendimento especializado com escuta humanizada sendo fruto de um trabalho engajado, constituído por uma formação continuada da equipe. O trabalho apresentou, de forma significativa, a necessidade de reestruturação do serviço, a fim de que as experiências dos primeiros anos de atendimento possam ser reavivadas.

Palavras-chave: violência contra mulheres; mecanismos de enfrentamento à violência contra mulheres; centros de referência; movimentos feministas.

Abstract

This article analyzes the process of creation and organization of the Loreta Valadares-CRAMLV Reference Center for Women's Care in Salvador, Bahia, which serves women in situations of violence. It is based on research developed from a qualitative methodology, having as instruments: systematic observations, field diary records, application of questionnaires and in-depth interviews. The participants were 4 assisted women, 3 members of the technical team responsible for assisting them, and 7 women active in the feminist and women's movements in Salvador, Bahia, who joined together in creating the service. All these interviews highlighted the importance of the feminist and women's movements for the elaboration of the Center's project, for its creation and the implementation of the service. It also showed the importance of a specialized service with humanized listening, the result of an engaged work, constituted by a continuous specialized training of the team. With the changes of the municipal government, this specialized service was lost. Thus, the article defends the need to restructure the service, so that the experiences of the first years of service can be revived.

Keywords: violence against women; mechanisms for combating violence against women; reference centers; feminist movements.

* Esse artigo é fruto da Dissertação de Mestrado de Jenefer Estrela Soares, defendida no Programa de Pós-Graduação de Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero, Feminismo- PPGNEIM/UFBA no ano de 2015.

** Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia em 2011

Mestra pelo PPGNEIM em 2015. Email: estrelajenifer@yahoo.com.br; soaresjenifer.jes@gmail.com.

*** Professora Titular da Universidade Federal da Bahia, credenciada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo - PPG-NEIM e Pesquisadora do NEIM-Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher E-mail: cecisard@ufba.br.

1. Introdução

A violência contra a mulher é um fato presente e recorrente na sociedade. Segundo pesquisas – DataSenado (BRASIL, 2013a); Mapa da Violência (WASELFISZ, 2012); Balanço Ligue 180 (BRASIL, 2013b) –, é no âmbito doméstico que esta violência tem seu número mais elevado. Os dados destas pesquisas são restritivos às violências que acontecem nas residências, não levando em consideração as agressões que ocorrem em outros espaços, e que estão diretamente ligadas às relações familiares. Estudos realizados pelo Observe² (2011) indicam que, de um modo geral, os grandes autores de violência contra as mulheres são maridos, companheiros, namorados, ex-maridos, ou seja, os autores têm uma relação de conjugalidade e afetividade com a agredida, tipo de violência que é geralmente conhecido como violência conjugal. O dito popular “em briga de marido e mulher não se mete a colher” resume a percepção que se construiu acerca deste tipo de violência para o qual a intervenção não seria a escolha plausível, mas o silenciamento seria a melhor ação.

A violência conjugal é parte constitutiva da concepção de violência de gênero, pensada, por sua vez, como: “[...] toda e qualquer forma de agressão ou constrangimento físico, moral, psicológico, emocional, institucional, cultural ou patrimonial, que tenha por base a organização social dos sexos (apud SARDENBERG, 2011, s.p). Ou seja, uma violência que se constitui a partir das relações não apenas heterossexuais, mas, também, homossexuais.

Sendo assim, gênero é um marcador social importante, no que tange às diferenças percebidas entre os sexos,

segundo Joan Scott (1989), é uma categoria de análise necessária para entendermos a construção do masculino e do feminino na sociedade e as relações de poder instituídas.

Na interação entre o masculino e o feminino, percebemos o poder enquanto elemento que se constitui. A construção social do masculino em nossa sociedade tem permitido privilégio e destaque aos homens em relação às mulheres, no entanto, esta constatação não invalida para as mulheres o exercício de poder na relação. Como observou Foucault (1985), o poder não é algo estático, intransferível; ele é dinâmico, ele circula nas relações. Mas o poder feminino não é um poder legitimado em nossa sociedade, ele é representado como elemento “perigoso” haja vista a forma como as mulheres em situação de poder são representadas: “bruxas”, “rainhas malvadas”, pessoas dominadoras que não sabem lidar com a posição de domínio.

Por certo, gênero é um marcador social imprescindível para estudar violência, mas não é o único; entendemos que raça, geração, classe social e orientação sexual são outros marcadores igualmente importantes que se intersectam com gênero e podem tornar as mulheres ainda mais vulneráveis, a depender de onde se situem nestas intersecções.

A violência de gênero contra mulheres, principalmente a violência conjugal, tem uma longa história, quando passou a ser denunciada pelos movimentos feministas, a problemática saiu do cenário privado para adentrar o público. No cenário brasileiro, o silêncio começou a ser rompido, de final da década de 1970 a início da década de 1980, com os movimentos feministas e o movimento de mulheres, ao saírem às ruas, exigiam a criminalização desta violência (BARSTED, 1994; LISBOA, 2005; PASINATO, 2004; IZUMINO, 2003).

Em 1985, a primeira Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) foi criada (PASINATO, 2004). Esta delegacia especializada foi uma resposta governamental às pressões dos movimentos sociais. A partir de então, o Estado reconheceu a violência doméstica contra a mulher, deixando de ser um problema privado e se

² Observatório de Monitoramento da Lei Maria da Penha (Observe) é um “Consórcio liderado formalmente pelo NEIM/UFBA e composto por outras oito instituições, contando, ainda, com três redes parceiras, cobrindo as cinco regiões do país. As três Redes parceiras componentes do Consórcio são a REDOR (Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres e Relações de Gênero), o CLADEM/Brasil (Comitê Latino Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos das Mulheres) e a Rede Feminista de Saúde (Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos)”.

tornando um problema social complexo. A criação da delegacia especializada trouxe ao imaginário social a possibilidade de criminalização da violência contra a mulher, tornando-se uma política pública de destaque no enfrentamento à violência.

Embora a criação das DDMs tenha sido uma conquista inquestionável, a sua eficácia ainda era precária. Muitos elementos passaram a se apresentar como instrumentos de resistência ao serviço, dentre os quais a falta de capacitação dos agentes e de equipamentos que oferecessem suporte às mulheres, a violência institucional que as queixosas sofriam e a carência de equipes interdisciplinares que ajudassem essas mulheres. Soma-se a isto, a fala das mulheres, pois, muitas delas, ao acessarem este espaço, declaravam que não queriam a prisão do familiar, mas uma solução para o problema (BARSTED, 1994).

A criminalização das relações familiares e conjugais violentas, embora tenha sido a porta de entrada, não se mostrou suficiente para a resolução dos conflitos domésticos. O público que adentrava e adentra as delegacias tem intenções variadas, destoando um pouco das expectativas criadas pelos movimentos feministas os quais visualizavam a punição dos autores de violência (DEBERT, 2007). Diante da diversidade da clientela encontrada nas delegacias especializadas, um fator era preponderante: as mulheres necessitavam entender a violência como um elemento constitutivo da dominação masculina e que a mudança desta estrutura se daria por um processo de conscientização da condição de desempoderamento vivenciada e da necessidade de transformação.

Entender as desigualdades de gênero presentes na sociedade e o quanto as mulheres foram ensinadas a não controlar suas vidas são fatores importantes no processo de conscientização das mulheres, para o rompimento da violência e a construção da equidade de gênero. Este processo de potencialização das mulheres, de conquista de um poder que não minimiza o outro, não o desqualifica nem busca controlar, é usualmente chamado de empoderamento. Segundo Teresa Kleba Lisboa (2003), em seu livro *Gênero, classe e etnia*, o empoderamento “vem de baixo”, é um poder que não

desqualifica o outro. As feministas compreendem que o processo de empoderamento não se constitui, na individualidade, mas é produto do coletivo e se constrói a partir de três bases: psicológica, social e política (LISBOA, 2008).

Diante desse olhar mais rebuscado, serviços foram sendo criados a fim de propiciar condições para as mulheres romperem com os ciclos de violência e se tornarem donas de sua própria história. Os movimentos feministas e Organizações Não Governamentais (ONGs) foram os precursores desses serviços, oferecendo atendimento jurídico e psicossocial a mulheres em situação de violência. Além disso, algumas casas de apoio foram sendo criadas em São Paulo, Fortaleza e Porto Alegre, com o intuito de socorrer mulheres que viviam em eminente situação de risco. Em 2003, o Presidente Lula criou a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR) e assumiu o compromisso de ampliar a rede de atendimento a mulheres em situação de violência doméstica em toda a República Federativa. Os centros de atendimento à mulher foram sendo inaugurados, compostos por uma equipe multidisciplinar, objetivando ajudar mulheres a romper o ciclo de violência.

Nesse contexto, o Centro de Referência Loreta Valadares, em Salvador, torna-se um projeto possível. Inaugurado em novembro de 2005, ganha o conhecimento de mulheres que não veem na DDM a solução para seus conflitos. No Centro, elas passam a compartilhar as vivências permeadas por violências no ambiente doméstico e a romper com o silêncio.

Atualmente, a desvalorização e a fragilização da importância do serviço no combate à violência doméstica e familiar contra mulher tem gerado reflexão a respeito da história do serviço e de todo seu processo de construção. Mostrar o contexto em que o centro foi construído, suas conquistas, a importância das capacitações, apresenta-se significativo para entender o quanto as parcerias, as ações de diversos sujeitos permitem, nesse entrelaçamento, a oferta de um serviço qualificado, no entanto, o envolvimento deve ser constante e ressignificado.

2. Caminhos Metodológicos

Neste artigo, adoto como modelo epistemológico o feminismo perspectivista que, de acordo com Harding (1987), nega a ideia de neutralidade científica e da plena objetividade, pois acredita que o conhecimento é situado, ou seja, se constrói a partir de um posicionamento que, de forma alguma, está desconectado da história, da cultura e do meio social do sujeito.

A epistemologia perspectiva atribui a homens e mulheres ângulos de visão distintos e compreensões da realidade opostas, consequência das desigualdades de gênero presentes na sociedade. Para Sardenberg (2002, p. 103), “o feminismo perspectivista defende um saber alavancado na perspectiva e experiências das mulheres, ou seja, uma epistemologia enraizada nas desigualdades de gênero que se quer erradicar”.

A partir do modelo perspectivista, coloco-me a ouvir as vivências de mulheres em suas relações familiares e conjugais, percebendo as violências que se constituem no mundo privado e as possíveis mudanças nessa trajetória. Ao atribuir importância às trajetórias das minorias, a relação que se constrói entre pesquisador-sujeito se constitui fundamental na produção do saber. O/A pesquisador/a não se coloca em uma posição de superioridade ao sujeito da pesquisa (ZALUAR, 1986).

Para a coleta de dados, combinei algumas ferramentas características da pesquisa qualitativa com abordagens quantitativas, dentre elas, questionários, entrevistas em profundidade, observação participante, observação sistemática, conversas informais e diários de campo. O uso destas ferramentas contribuiu para a construção de uma análise mais aprofundada dos sujeitos e sujeitas, além de entender as suas percepções da realidade.

Este artigo é resultado da dissertação de mestrado por mim apresentada em 2015. Tendo em vista que a amostra de pesquisa é composta por 32 sujeitos, faço neste artigo um recorte, que se restringe à 7 (sete) mulheres integrantes dos movimentos feministas e de

mulheres; 3 integrantes da primeira equipe técnica do serviço e 4 (assistidas). Para participar da pesquisa, as assistidas deveriam pelo menos ter tido cinco atendimentos no centro. Afim de resguardar as interlocutoras e o interlocutor, optei em manter seus nomes em sigilo.

Das integrantes dos movimentos feministas e de mulheres de Salvador, duas delas assumiram cargos importantes no CRAMLV e na SPM municipal. Uma se tornou a primeira gerente do Centro e outra a primeira Superintendente da Superintendência de Políticas para as Mulheres (SPM) do Município. Logo, estas entrevistas trouxeram um entrelaçamento da amostra, por terem presenciado de perto distintos momentos, no que tange à criação, formatação, contratação e experiências no Centro.

A diversidade de sujeitos exigiu a construção de três diferentes roteiros de entrevistas, somando-se aos roteiros, um modelo de questionário também foi elaborado. Um roteiro de entrevista e um questionário foi aplicado às mulheres que estavam sendo assistidas pelo CRAMLV; o segundo roteiro buscou compreender, por meio das declarações dos(as) primeiros(as) funcionários(as) do CRAMLV, as experiências no serviços, os processos de contratação e de capacitação. O último roteiro de entrevista foi delineado para as mulheres que participavam do Fórum de Mulheres de Salvador e da Comissão de Violência.

Somando-se às entrevistas e aplicação do questionário, a observação sistemática e participante, se mostrou um instrumento eficaz para o andamento da pesquisa, pois, a observação complementa a instrumentalização. (BAUER E GASKELL 2011). Realizei observação durante o tempo em que ficava esperando as mulheres, na sala de espera, o que, muitas vezes, se traduziu em longos períodos. Observei sistematicamente o fluxo de entrada e saída de pessoas no Centro, o tempo de atendimento, o tempo de espera, alguns projetos e trabalhos grupais realizados com as assistidas. Também observava como eram as relações entre técnicas e assistidas e entre os próprios funcionários. Alguns desses momentos vieram acrescidos por

conversas informais com algumas funcionárias que, geralmente, ficavam na sala de espera. As observações dos acontecimentos, avanços e empecilhos para realização da pesquisa foram registradas em um diário de campo (MALINOWSKI, 1922; ZALUAR, 1975).

3. Percurso Histórico

O dia 25 de novembro de 2005 entrou para a história de Salvador, para a história dos movimentos de mulheres da Bahia e do Brasil, e se tornou símbolo de mais uma conquista para as mulheres, pois nesse dia o Centro de Referência de Atenção à Mulher Loreta Valadares³ foi inaugurado no bairro da Federação, com a presença de figuras públicas, dentre elas, o Prefeito de Salvador, o Governador do Estado, a superintendente da SPM Municipal, a Coordenadora do Centro. O serviço objetivava ofertar atendimento psicológico, social e jurídico às mulheres em situação de violência; além de fomentar projetos, oficinas, dinâmicas, discussões, com a finalidade de possibilitar autonomia as mulheres que procuravam auxílio.

Entre os muitos elementos que compuseram essa trajetória, destaca-se o Fórum de Mulheres de Salvador (FMS), composto por grupos de mulheres de vários segmentos: mulheres de bairros populares de Salvador, da Universidade, do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM), de sindicatos, mulheres do movimento negro, mulheres lésbicas. Esse agrupamento de mulheres representou, durante muito tempo, uma instância de pressão mobilizada para adquirir espaço na sociedade.

No âmbito legal, o Fórum nunca foi uma organização formal, nem uma entidade, era um espaço de mulheres independentes que tinham em comum a busca pela

equidade de gênero. Os encontros aconteciam em espaços diversificados, pois não possuía sede própria.

Ao final da primeira metade dos anos 1990, em meio às dificuldades de articulação, o FMS passou a ser subdividido em comissões: comissão de saúde, de violência, entre outras. E foi na Comissão de Violência que fortemente se discutiu a violência contra a mulher como um problema social, passando a reivindicar aos representantes do governo uma rede de serviços disponível para atendimento integral às mulheres, já que a Delegacia Especial de Atenção à Mulher (DEAM)⁴ de Salvador prestava atendimento sem uma escuta especializada, com falas dotadas de preconceitos e fundamentadas pelo machismo⁵ e, não atendia satisfatoriamente as demandas das mulheres em situação de violência.

Em meio a essa eminente necessidade, a Comissão de Violência, no ano de 1997, propôs a realização de oficinas em alguns bairros periféricos de Salvador, dentre eles o Alto das Pombas, o Uruguai, o Calafate e o Lobato. O intuito dessas oficinas era refletir sobre a violência contra a mulher e apresentar o projeto do Centro de Referência. Esse segundo momento, chamado de “*O Centro que a gente quer*”, não era um ato desprovido de proposta, mas a partir da apresentação, esperava-se que as participantes das oficinas opinassem sobre o projeto e reverberassem os seus ideais para com o CRAMVL. Andressa, integrante da comissão, relembra esse momento e o descreve como um momento singular.

Então, foi um processo assim, de muita vontade nossa, com que esse serviço fosse desenhado, esse projeto pronto, elaborado para gente apresentar ao governo ou que a gente, ou alguma ONG pudesse administrar. É tanto que a gente trouxe de São Paulo, uma organização, um Centro que era mantido por uma ONG, não era o Estado, não era o Governo, que fez essa oficina com a gente, foi muito legal, que a gente sonhava com esse espaço e foram 10 anos esperando esse Centro de Referência.

Como resultado das oficinas, identificou-se uma das principais necessidades das mulheres: a construção de um espaço acolhedor, pronto a atendê-las de forma capacitada, especializada e acolhedora.

³ . O nome do Centro é uma homenagem a Loreta Valadares advogada, feminista, professora da Universidade Federal da Bahia, referência nas lutas feministas na Bahia e no Brasil. Destacou-se na defesa da redemocratização do Brasil, na pelos direitos das mulheres até o final de sua vida. Faleceu em 2004, quando foi proposto pela então Deputada Estadual Lídice da Mata, o seu nome para o primeiro Centro de Referência

⁴ A primeira DEAM na Bahia foi inaugurada em outubro de 1986, na cidade de Salvador.

⁵ Ver, por exemplo, Soares (1999).

O projeto do Centro de Referência, pensado ainda na década de 1990, foi apresentado às instâncias governamentais da Bahia e, embora tenha sido aprovado, permaneceu durante muito tempo engavetado. O texto de Silvia de Aquino reforça esse argumento:

O projeto do Centro de Referência, Prevenção e Atendimento às Mulheres em Situação de Violência, ligado ao Decreto nº 10.878 de 23 de novembro de 1994, institui o Programa de Prevenção e Combate à Violência contra a Mulher do Município. Os objetivos básicos do projeto são: referência, prevenção e atendimento interdisciplinar (social, jurídico e psicopedagógico), visando o exercício pleno da cidadania. Apesar do projeto aprovado, o Centro de Referência ainda não foi implementado. (2006, p. 192).

A falta de orçamento nos cofres públicos era a explicação dada para o engavetamento do projeto. Esse cenário não era exclusivo de Salvador, mas a criação de serviços especializados no combate à violência doméstica e familiar ainda estava em estágio embrionário. Os Centros existentes eram fruto de iniciativa privada, como apresenta uma das integrantes da Comissão de Violência, Debora, em entrevista:

Os Centros com essa cara começaram a surgir depois da SPM [Secretaria de Políticas para Mulheres] nacional. Foi a constituição da SPM nacionalmente, criou um impasse político e institucional de uma especificidade, um dos problemas principais para as mulheres é a violência, a violência de gênero... [...] o que a SPM propiciou foi isso, que o Estado assumisse como responsabilidade, para além da delegacia...

Em sua fala, Debora, apresenta outro elemento necessário para compor a história do CRAMLV, a constituição da Secretaria de Políticas para as Mulheres, sancionada em 2003, pelo então Presidente Luís Inácio. A secretaria é composta por três eixos de ação, sendo eles: a) Políticas do Trabalho; b) Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; e c) Programas e Ações nas áreas de Saúde, Educação, Cultura, Participação Política, Igualdade de Gênero e Diversidade (BRASIL, 2005).

Como mencionado acima, a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPM), realizada em 2004, colaborou na formulação do I Plano Nacional de Política para as Mulheres (PNPM)⁶. Nesse plano, as políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres receberam incentivo, sendo garantidos

recursos para a criação de serviços e para a implementação de políticas públicas integradas.

A fala da ex-coordenadora do centro, soma-se a outras vozes, ao enfatizar a importância da SPM Nacional para a criação do Centro de Referência em Salvador.

Era uma prioridade pra SPM poder ampliar a rede de serviço, ampliar o Centro de Referência. Se a SPM não tivesse surgido, não tivesse dado prioridade para isso, teria avançado muito menos. Até então não era uma política de Estado consolidada, hoje ainda está em processo de consolidação, não está consolidada, eram iniciativas, não existiam uma política. Mas se a SPM não existisse... tanto que a SPM é criada em 2003 e a partir daí, em 2004 a nossa comissão acontecendo aqui que foi impulsionando. (Carla⁷, Ex-coordenadora do Centro, 2013).

4. Constituindo alianças, tecendo um projeto

Em meio à crise vivenciada pela Casa Abrigo Pousada de Maria⁸ e a busca pela sua reestruturação (FALCÃO, 2008), as discussões sobre a criação do centro voltaram à tona. Surge como pauta, através da Subsecretária de Enfrentamento à Violência, Aparecida Gonçalves, a qual propõe que se discutisse também a criação do centro, no decorrer da busca pelo reordenamento da Casa Abrigo. Após a sugestão de Aparecida Gonçalves, as mulheres que participavam da comissão começaram a se mobilizar em prol de um Centro que assistisse mulheres em situação de violência doméstica/familiar. Carla continua na entrevista a detalhar esse momento.

Bruna tinha essa proposta antiga guardada. Essa comissão começou a fazer as duas discussões, tanto da recuperação da Casa Abrigo quanto da implementação de um Centro de Referência. A gente entregou essa proposta que existia para SETRAS, elas mexeram um pouco no projeto, não no conteúdo, muito mais na formatação do projeto, atualizaram valores, não só atualizaram, como aquele projeto então não era financeiro, era muito mais uma proposta político-pedagógica para implementação do Centro, então elas

⁷ O nome das informantes é fictício, de modo a preservar seu anonimato.

⁸ A Casa Abrigo Pousada de Maria foi a primeira casa abrigo no Estado da Bahia. É uma Casa de acolhimento para mulheres e seus filhos que estão em situação de risco de morte, devido às violências domésticas e familiares sofridas. As mulheres que são inseridas nesta política pública permanecem em uma casa, durante um período, distante do agressor que não mantém nenhum contato com a agredida. Ver, por exemplo, Falcão (2008); Santos (2014).

⁶ Ver, por exemplo, Sardenberg e Costa (2010).

transformaram esse projeto num projeto para pleitear financiamento à SPM nacional.

Diante da aprovação do Governo Federal para o financiamento de uma parte do projeto, Bruna recebe proposta do novo Prefeito de Salvador, ainda não empossado, para ser a superintendente da SPM Municipal, a ser criada. Em 28 de dezembro de 2004, a partir da Lei nº 6.588, a Superintendência de Políticas para as Mulheres do Município de Salvador foi criada. Por desejo e proposta do movimento e da superintendente, nasce no formato de uma autarquia⁹. A SPM municipal estaria vinculada ao Gabinete do Prefeito, com autonomia administrativa e seu próprio patrimônio. Segundo Bruna, ser uma autarquia era fundamental, pois assim seria possível buscar recursos via outras entidades. Com a criação dessa superintendência, o quadro estava completo.

Após assumir o cargo de superintendente, Bruna sugere o nome de Carla para assumir o cargo de coordenadora do Centro, a qual foi liberada para assumir esse cargo pela instituição onde trabalhava. Diante de todos os acontecimentos retratados, das secretarias criadas e das alianças realizadas, surge a aprovação do projeto do Centro de Referência de Atenção à Mulher em Situação de Violência. A partir dessa aprovação, foram sendo definidas as atribuições de cada ente governamental, no âmbito Municipal, Estadual e Federal, relativas à aquisição de equipamentos, contratação de pessoal, despesas de manutenção e custeio.

4.1. Tornando um projeto possível: As bases para estruturação do Centro

Diante da contribuição de cada instância governamental e do compromisso assumido perante o projeto, ocorreram diversos encontros. Tais eventos contribuíram para se definir passos práticos na aplicação do projeto. As reuniões foram compostas

⁹ Segundo Bandeira de Mello (2004, p. 147), as autarquias são “pessoas jurídicas de Direito Público de capacidade exclusivamente administrativa”.

pela Superintendente da Secretaria do Trabalho e Ação Social – SETRAS, a Superintendente da Secretaria de Políticas para Mulheres do Município e a coordenadora do Centro. A Comissão de Violência não participava, pois, aquele momento tinha a finalidade de colocar o projeto em construção, no entanto, as decisões tomadas eram partilhadas com a Comissão. Portanto, discutia-se questões referentes ao espaço; onde seria, como deveria ser, os materiais a serem comprados, um projeto arquitetônico que respondesse às expectativas de todas do grupo. Tudo isso foi pensado, articulado e fomentado desde o início.

Quando discutíamos como seria o Centro, pensávamos no ambiente em que as mulheres se sentissem bem; antes do Centro ser inaugurado, sentamos com uma arquiteta e falamos a ela qual seria o público e como gostaríamos que as mulheres que procurassem esse ambiente se sentissem. Uma estratégia que usamos foi a criação de uma sala em que todos os profissionais ficassem reunidos, não queríamos que cada um ficasse em suas salas, sem diálogos entre si, mas queríamos que eles compartilhassem experiências e pudessem contribuir com cada mulher que fosse assistida pelo Centro, esse pensamento servia para todos que trabalhassem no Centro, pois é necessário que exista um engajamento de todas as partes, pois sem um envolvimento de todos, não há uma busca por mudanças. Não eram apenas funcionários que queríamos, mas pessoas que se envolvessem com o projeto. (Carla, Ex-coordenadora do CRAMLV, 2013).

A casa não foi o único item a ser pensado no projeto, mas a equipe técnica também foi minuciosamente pensada e articulada. Um dos critérios estabelecidos era ser composta por concursados, a Superintendente da SPM Municipal não abria mão, nem o movimento de mulheres. Para o movimento, formar uma equipe concursada já garantia a permanência no quadro de funcionários do Centro, não correndo o risco de haver perda de continuidade no trabalho realizado com as assistidas.

Outro fator prioritário era a capacitação da equipe, a fim de ajudá-la a se posicionar de forma sensibilizada e engajada, diante do trabalho que seria exercido:

As meninas não tinham nenhuma experiência, elas haviam passado no concurso de saúde, tínhamos a clareza que precisavam ser concursadas. Nenhuma delas tinha experiência específica e formação específica. Tínhamos clareza de não ser REDA e Bruna negociou isso com o prefeito, depois ela negociou com a saúde. (Debora, Técnica em Saúde e Integrante no Fórum de Mulheres).

O Centro estava ligado à Secretaria de Política para as Mulheres, porém nenhum concurso estava previsto

para o momento. Diante dessa situação, a Superintendente da SPM Municipal dialogou com a Secretária de Saúde do Município-SSM, solicitando alguns dos novos convocados no último concurso da SSM para compor o quadro de técnicas do Centro. Dessa forma, foram cedidas para o Centro, psicólogas e assistentes sociais.

No período em que a equipe técnica estava sendo pensada, surgiu um impasse dentro da Comissão de Violência. A contratação de um técnico formado em pedagogia, para trabalhar com as crianças que acompanhassem as assistidas, gerou inúmeras discordâncias. A proposta partiu da gerente do Centro, no seu entendimento havia a necessidade de uma presença masculina, que contribuísse positivamente no imaginário das crianças presentes. Além disto, era uma forma de as assistidas terem um mínimo contato com um homem, não autor de violência. Ele não seria responsável por fazer acolhimento, ou seja, fazer o primeiro atendimento da assistida, mas a sua presença seria notada por todo o Centro. A fala de Carla esclarece a ideia.

Embora o pedagogo fosse o único profissional a não realizar o primeiro acolhimento, isso não impediu que sua presença influenciasse de forma positiva aquelas mulheres assistidas pelo Centro, pois essas mulheres poderiam ter uma experiência diferenciada com aquela figura, isto contribuiu para que muitas não direcionassem todos os seus temores, raivas, medo para os homens. Mas que pudessem entender que uma experiência de violência vivenciada, não as direcionava para que todos os relacionamentos afetivos que tivessem fossem marcados por agressão. Ao longo do tempo, as mulheres que eram assistidas no Centro, conversavam de uma forma muito natural com o pedagogo. Mas ele ainda não acolhia as mulheres que chegavam pela primeira vez. (Carla, 2013).

O pedagogo não era o único homem que trabalhava no Centro, havia funcionário de serviços gerais, motoristas e os guardas municipais que, de preferência, assumiam o turno noturno. No entanto, o diferencial de João se atribuía ao fato de ter sido o único a trabalhar diretamente com a questão da violência doméstica contra a mulher. Quando havia algum problema específico, João trazia a situação para o grupo e as psicólogas e assistentes sociais eram as responsáveis por averiguar os fatos.

As advogadas foram integradas à equipe técnica por último. O Estado era o responsável por contratar as

advogadas, mas demorou a liberar. A primeira advogada, Gisele, ofereceu serviços voluntários para cumprir a carga horária que necessitava para concluir sua graduação, tendo posteriormente assumido um cargo comissionado. Diante da conformação da equipe técnica, outra etapa passou a se efetivar antes que o Centro fosse inaugurado; o momento de capacitação.

Cabe ressaltar que a equipe técnica não tinha nenhum contato ou conhecimento sobre a temática, nunca havia trabalhado com o tema, com exceção da coordenadora. Mesmo parecendo uma limitação, isso se tornou um fator favorável, pois o período de capacitação foi, para a equipe, o momento de perceber e desconstruir discursos preconceituosos:

A gente aprendeu mesmo... eu acho, assim, a aprendizagem principal que a gente teve foi aprender trabalhando, atendendo, discutindo. Outra coisa interessante que aconteceu é que há a questão que é própria da teoria, a questão do feminismo, da violência, do machismo, enfim, a gente acabou incorporando isso na nossa vida pessoal, então, a gente sempre tinha discussão, assim, será que a gente é feminista ou não? [...] Mas sempre as políticas de combate à violência têm essa perspectiva do rompimento, e a gente ficava se perguntando se somos feministas? Se não somos? Se somos trabalhadoras que tem essa perspectiva no trabalho com as mulheres e quando saímos daqui, como a gente se posiciona na vida diante das coisas? Então a gente acabou também sendo contaminada por esse outro lado do trabalho. (Natalia, Ex-psicóloga do CRAMLV).

Natalia percebia que o aprendizado adquirido não estava centrado no plano do discurso ou apenas nas ações realizadas no serviço, mas havia clareza da importância de colocá-los em prática em sua vida cotidiana. Se impor em outros ambientes é também um mecanismo de luta, de quebrar paradigmas construídos na sociedade. Embora ser ou não feminista fosse uma dúvida que, no momento, permeava os seus diálogos, isto não as privava de desenvolver práticas que contribuíssem para o rompimento da violência doméstica contra a mulher. Ao longo do tempo, os conceitos, as ideias, os casos e as histórias das mulheres passaram a estar inseridos em suas vidas, mobilizando-as para o trabalho e para o engajamento.

5. Construindo novas formas de pensar

Os momentos de capacitação se mostraram importantes, principalmente neste primeiro momento de formação da equipe. A falta de conhecimento da temática representou um dado preocupante, mas não limitou os movimentos feministas e de mulheres a pensarem em mecanismos afim de que a equipe se avaliasse e se colocasse na situação da assistida, a qual prestaria acolhida. Na perspectiva da ex-coordenadora do Centro, era necessário, antes de tudo:

Trabalhar as questões de gênero. Você precisa enxergar a mulher de outra forma, você precisa compreender o valor que ela tem na sociedade, você precisa primeiro incorporar que existe uma desigualdade de gênero e que a violência ocorre a partir daí, se não, você também não faz um trabalho legal na área de violência. Então, a primeira sensibilização foi essa, um pouco de entrar na violência, das pessoas se verem como mulher, se verem, o valor que as mulheres têm na sociedade, porque aí não fica uma coisa quebrada.

As respostas sobre os momentos de capacitação seguiram evidenciando o quanto a discussão de gênero se mostrava fundamental para as equipes responsáveis em atender mulheres, crianças, idosos, grupos étnicos, ou seja, os grupos minoritários. Gabriela, professora da Escola de Enfermagem da UFBA, participante das capacitações, descreve como era realizado o seu trabalho com a equipe:

Elas visitavam os locais, a gente fazia oficinas, fizemos oficinas aqui na escola, trazendo as falas das mulheres para depois a gente discutir como elas não eram bem acolhidas, essas coisas. Apliquei sociodrama. A gente fez algumas dramatizações, as outras pessoas também participaram das oficinas, nas áreas delas de competências, pessoas de fora vinham fazer discussão.

O processo de capacitação acontecia na sede da SPM Municipal, enquanto o CRAMLV não havia sido inaugurado e passava por modificações estruturais. Outras capacitações recebidas pela equipe ao longo do tempo foram realizadas no próprio espaço. Experiências relatadas por membros da primeira equipe técnica do Centro de Referência reforçam a ideia de aprendizado, de desconstrução das concepções preconcebidas e de construção de um novo olhar sobre o problema:

A gente ficou numa salinha da Superintendência estudando gênero e violência; foi o que a gente fez de setembro até a inauguração no final de novembro de 2005. Aí, Carla, que já tinha experiência

nisso, começa a fazer a gente estudar, a gente foi debater artigo, estudar texto, assistir palestra, a gente foi fazer discussão. A gente começou a tomar pé dessa história de gênero e violência, então, assim, foi assim que eu comecei no Centro, comecei sabendo muito pouco, sabia ser assistente social, mas não sabia ser assistente social com um olhar voltado para atendimento especial. A gente começa a participar, a perceber o que é violência na nossa vida, antes de ver na vida das mulheres e foi assim que eu comecei aqui no Centro, engatinhando. (Patrícia, Assistente Social do CRAMLV, 2014).

A fala da Assistente Social caracteriza um pouco esse momento inicial, mas que se alastrou por toda a sua trajetória dentro e fora do Centro. Patrícia ainda é uma das assistentes que permaneceram no CRAMLV, em meio a todas as mudanças, tanto com relação à coordenação, à superintendência e boa parte da equipe técnica, quanto ao espaço.

Eu tenho certeza que o meu casamento seria diferente se eu não tivesse passado, se eu não trabalhasse aqui no Centro, se eu não tivesse discutido sobre as relações de gênero. Na vida da gente, de uma maneira geral, seria tudo diferente, porque, tá, a gente é fruto de uma sociedade patriarcal, você não desperta assim do nada, é como se você tirasse um véu e começasse a ver as coisas de uma maneira diferente, então, eu acho que essa capacitação inicial foi de fundamental importância para o trabalho da gente, e teve tempo de a gente amadurecer todas assim. Olha como foi diferente do que estudei na faculdade, para quando eu vim estudar aqui e participava de oficina, é diferente da construção teórica, é você, o que você experimentou na vida, que situação de violência de gênero você já passou?

O único homem a vivenciar os momentos de capacitação também relata como foi significativo e o quanto foi confrontado em suas próprias ideias e práticas ao longo de sua vida:

É interessante que, às vezes, em algumas discussões e algumas leituras, eu, sem querer, baixava meu machismo, eu tinha isso, isso era normal. Muitas vezes meu comportamento machista também. Essas discussões eram feitas justamente no debate com as meninas do grupo, com a leitura. Às vezes, era engraçado, às vezes, eu soltava uma frase, um pensamento bem 'machão', mas a gente foi se incorporando da temática, fui sendo reeducado [risadas]. Não tinha jeito, você ser criado no mundo machista e de uma hora para outra você não virar... foi um processo que foi bom e eu aprendi muita coisa, eu modifiquei muito meu comportamento com relação à visão que eu tinha das mulheres, do relacionamento, da própria violência. Sempre achei que ela ficava porque queria... então, no processo de formação foi deixado de lado, consegui ver a dramaticidade e a complexidade que é a violência contra a mulher, que eu não tinha essa noção sobre a complexidade. Era machista, mas nunca fui violento. Eu achava que o homem tinha obrigação de pagar conta, achava que a mulher tinha que obedecer mais que dar ordem, essas coisas, que eu achava, achava que as mulheres eram mais frágeis, mais fracas, que eu tinha que proteger as mulheres, que precisavam de proteção de um homem. Achava que as mulheres tinham que trabalhar mais em casa que fora, se sobrasse

tempo, ia para fora. (João, Pedagogo, componente da Equipe Técnica do CRAMLV).

Durante os três meses que se seguiram, a equipe foi se constituindo enquanto grupo e assimilando a temática. As experiências declaradas demonstram um processo da desconstrução de concepções internalizadas, fruto de uma sociedade constituída por desigualdades de gênero. É relevante ressaltar o quanto as discussões colaboraram para refletir as posições assumidas ou, muitas vezes, posições não declaradas, mas figuradas em atos.

Embora a capacitação tenha acontecido mais efetivamente nos três meses antes da inauguração, os sujeitos entrevistados falaram de uma capacitação continuada. Em meio aos dias, a equipe se reunia na sala reservada a toda equipe para discutir as situações e tentar encontrar soluções em grupo.

Porque a gente não teve, assim, um momento inicial de discussão, que começa e que termina. Ele se deu desde a entrada das pessoas, sempre ocorreu, a gente tinha momentos específicos... nasceu a quinta temática, em que a gente sempre chamava alguém de fora, ou alguém para poder estar também fazendo a nossa formação, a gente tinha também discussão de caso, a gente tinha semanalmente em relação a tudo que acontecia durante a semana, seja de atendimento, ou de alguma atividade, ou de algum acontecimento relacionado à violência, tudo que acontecia no serviço, da parte administrativa, qualquer coisa, então, a gente discutia em liberdade, e a gente nunca teve preso às caixinhas [...] Então, todas nós atendíamos, todas nós fazíamos acolhimentos, todas nós participávamos de atividades fora, todas nós participávamos, em algum momento, das reuniões da rede, tanto que a gente fazia um rodízio, todas nós em algum momento participávamos da rede. Todas nós fazíamos palestras, então, a gente fazia tudo. Mas é claro que a sua especificidade enquanto psicóloga, enquanto assistente social, enquanto advogada, cada uma tinha seu objeto de trabalho, tinha a sua área de atuação e a gente claro, preservava isso. E a equipe desde o início sempre teve um entrosamento muito grande. (Natalia, Psicóloga, componente da Equipe Técnica do CRAMLV, 2013).

A fala da psicóloga caracteriza o trabalho realizado em torno de um ideal interdisciplinar, estando para além de uma equipe multidisciplinar. Segundo Velasquez (2003), o trabalho realizado nos serviços de atendimento às mulheres em situação de violência não podem seguir um viés apenas multidisciplinar, mas o caráter interdisciplinar é notoriamente eficaz. O trabalho multidisciplinar compartimentaliza as ações e, sendo assim, cada um trabalha individualmente, a partir de sua especificação, esse modelo de atuação não

consegue obter os resultados necessários. Com a interdisciplinaridade, todos compartilham e trabalham juntos e, a partir de suas especializações, contribuem para formar um todo integrado.

5.1 Um novo Olhar, novas práticas

Os momentos de construção teórica são fundamentais, mas é na prática que a experiência é conformada, as dúvidas são geradas e as inquietações passam a ser latentes. Os momentos no atendimento eram impactantes e todos conseguiam relatar situações que lhes marcaram e os comoveram:

Depende, tinha semana que a barra era pesada, depende do caso. Geralmente é uma situação complicada, não é fácil você perceber o sofrimento que as mulheres passavam... Você está trabalhando, você tem que fazer seu serviço, você se comove e tal, mas você tem que levar o trabalho também... mas tinha vez que era pesado, você tentava consolar a pessoa, mas você sentia o drama que era, você ficava meio abalado, mas não tinha jeito, tinha que trabalhar. A gente ficava interessado em resolver o mais rápido possível, mas não é fácil não, é difícil, quem não convivia com esse tipo de trabalho, no começo é barra pesada. (João, maio de 2014).

Nesse instante, a interdisciplinaridade é posta em jogo e passa a ser o diferencial do trabalho realizado, pois, diante de todas as experiências fortes, complexas e difíceis um fator era evidente: a equipe se mostrava muito coesa, o que cooperava no desenvolvimento do serviço e na contribuição mútua da equipe. As vivências nos atendimentos eram difíceis e marcantes, mas, para muitos, o trabalho integrado ajudou em seu desempenho.

O funcionamento interno do Centro foi construído por aquelas pessoas que estavam ali, então, assim: a coordenação, era uma coordenação aberta e democrática nesse aspecto, tudo, inclusive as pessoas de serviços gerais, participavam das discussões de funcionamento, de rotina, de fluxo de atendimento, não foi nada imposto. [...] Pode socializar com todas as pessoas, porque a ideia era que todo mundo dentro do Centro compreendesse o que estava trabalhando e qual era a finalidade, pra que a pessoa que abrisse a porta para mulher que chegava não cometesse uma violência com a mulher que chegasse, [...] Era uma relação muito de construção e de respeito, assim, um profissional, não é mais que o outro aqui dentro. Não existe hierarquia entre os técnicos, essa mulher está sendo assistida pelo Centro. (Patrícia, Assistente Social do CRAMLV).

O trabalho ia sendo aperfeiçoado na prática, diante da interação. A relação existente entre a superintendente e

a coordenadora era relevante para a interação da equipe: as duas haviam estado no processo antes mesmo do projeto do Centro ter sido aprovado pela SETRAS; participaram do processo de reivindicação para a reestruturação da Casa Abrigo (FALCÃO, 2008) e, desde a construção do Centro, as propostas do projeto foram acolhidas pela superintendência que recorria à prefeitura ou a outras instâncias, com o intuito de angariar recursos.

O Centro só conseguiu avançar o que avançou, foi porque a gente tinha um respaldo, uma retaguarda grande na superintendência, a gente nunca teve que convencer a superintendente de nada, a gente nunca teve que pedir para ela interceder junto ao prefeito para nada, quer dizer, era um trabalho tão estreito, tão harmonioso que, naturalmente, isso estava sempre na ordem do dia, Bruna estava na prefeitura brigando pelas coisas, por orçamento. Bruna conhecia o Centro profundamente, desde a proposta até a implementação, a execução, todas as dificuldades e também os avanços que a gente tinha tido, então, isso facilitava muito, muito. (Carla, Ex-coordenadora do CRAMLV).

6. Em meio a águas turbulentas

A equipe do Centro permaneceu com essa conformação até 2008, quando a superintendente da SPM do Município pôs o cargo à disposição, devido à discordâncias com relação a um cargo requerido pela Prefeitura e, logo depois, a coordenadora foi exonerada e retornou à antiga função na Universidade Federal da Bahia. A saída da superintendente e da coordenadora representou um típico exemplo do quanto o interesse por conformações políticas se mostra um fator preponderante na distribuição dos cargos à revelia, em inúmeros casos, de capacitação, de experiência daquele (a) que irá assumir determinada função.

A saída da maioria dos funcionários ocorreu a partir de um decreto aplicado pelo novo prefeito da cidade. O decreto exigia aos funcionários da prefeitura o retorno às suas secretarias de origem, afim de contabilizar o número de funcionários lotados nas secretarias e onde estavam alocados. O retorno às suas secretarias não era definitivo, segundo Bruna, só seria necessário que a nova superintendente apresentasse em ofício os funcionários alocados no CRAMLV para não ocorrer desmembramento da equipe. No entanto, o Serviço

vivia um momento de crise financeira, sem espaço físico certo, já que o antigo estava sendo requerido pelo proprietário. Havia um descumprimento no acordo, tanto por parte do Estado quanto do Município.

Mesmo diante das incertezas, a equipe permaneceu, por um período, no entanto, o momento de receber o salário gerava desconforto, já que o ofício era enviado às pressas à prefeitura. Esta instabilidade constante levou muitos funcionários a preferirem retornar às suas secretarias de origem, restando poucos dessa equipe na nova conformação técnica. Em meio à crise, a Prefeitura assumiu os problemas financeiros do Centro e um novo espaço foi escolhido, novos funcionários passaram a integrar a equipe técnica e uma nova gerência.

O espaço escolhido, inaugurado em 2013, está situado no centro de Salvador, no Bairro dos Barris. Alguns dos funcionários que passam a fazer parte da equipe não são fruto de concursos permanentes, como aconteceu na primeira gestão, abrindo a possibilidade de novas conformações em curtos períodos. Este modelo quebrou a continuidade dos trabalhos. Segundo uma das funcionárias, após a renovação do quadro de funcionários ocorreu um novo momento de capacitação:

Agora, foi feito um enorme, essa gestão agora fez um módulo grande de capacitação, inclusive tem específico só do Centro, que ia ser feito até agora em dezembro (2013), mas, por conta de orçamento... porque vem um pessoal de São Paulo que vem fazer, porque foi agora que teve uma mudança maior desse quadro, então, foi feito uma capacitação grande, isso começou em agosto, eu acho, sobre vários temas, o NEIM foi o grande parceiro, não foi feito só pro Centro, foi feito pra superintendência toda, então, eu acho que as gestões passadas que mudavam mais a superintendência e menos o Centro, terminava não tendo a capacitação, nessa agora, que o Centro mudou tanto quanto a superintendência.. (Patrícia, Assistente Social do CRAMLV).

É pertinente destacar nessa fala, que o processo de capacitação foi direcionado para o Centro, e extensivo à superintendência. De novembro de 2005 a novembro de 2014, em nove anos de fundação, o CRAMLV passou por sete coordenações e em dez anos da SPM Municipal, passaram pela gestão em torno de 5 superintendentes. A estimativa é fruto das informações colhidas pelos interlocutores da pesquisa, os quais

fizeram o exercício de resgatar, em suas memórias, as mudanças que ocorreram em pequena escala de tempo.

As mudanças de superintendentes, de coordenadora e de equipe técnica não representam o maior problema de um serviço público. A preocupação que gira em torno destas mudanças são as consequências: as perdas de qualidade e de continuidade no serviço. Não quero, com isso, desqualificar o trabalho daqueles que assumiram as funções, nem desconsiderar os esforços empreendidos, no entanto, está claro que o trabalho com a temática de gênero e violência requer uma formação, um processo contínuo de desconstrução e construção. Segundo Sardenberg, este não é um processo simplório e não acontece da “noite para o dia”.

Sabe-se, porém, que promover mudanças profundas como objetivar a abordagem de gênero e desenvolvimento requer muito mais do que apenas boas intenções. Ela exige a formação de pessoal não apenas comprometido, mas também habilitado na análise e no planejamento de gênero, formação esta que não poder ser alcançada a curto prazo. (2014, p. 35).

Logo, as escolhas de novos funcionários não deveriam estar atreladas às alianças políticas, mas na perspectiva de oferecer um serviço de qualidade. Vimos que a experiência não é o grande norteador da escolha, mas o interesse por realizar um trabalho de qualidade, o investimento em capacitações, a busca por um trabalho interdisciplinar que tenha o empenho de todos são critérios importantes ao pensar na equipe que será constituída para tratar de temas tão complexos e delicados.

6.1 Nem tudo são flores

Da inauguração do Centro, em 2005, até a finalização da pesquisa de campo, em 2014, o caminhar do serviço foi constituído de muitas conquistas, mas também vivenciou momentos de tensão e da ausência do Estado e do Município para a diversificação de projetos ou, até mesmo, para a manutenção de materiais básicos. Com essa ausência ocorreram algumas descontinuidades em atividades promovidas pelo Centro, havendo diminuição nos atendimentos e um quase fechamento

do serviço. A equipe técnica, a coordenação e as assistidas sentiram o impacto.

A nova equipe advém de um vínculo empregatício temporário e da ausência de capacitação continuada, percebida pelas assistidas, durante o tempo de realização da pesquisa. Trago a fala de assistidas que sentiram o impacto da ausência de financiamento no serviço e da não constância de capacitação da equipe.

Nilza¹⁰, 66 anos – *Já foi melhor, aqui já teve curso de teatro e desfile de moda. Hoje, está meio fraquinho, mas eu continuo aqui.*

Elia, 61 anos – *Eu acho que, no começo, era melhor, havia cursos, acho que também não tem verba.*

A partir do que as assistidas anunciam é notório que elas sentiram a ausência das atividades promovidas e de financiamento. Ainda que o serviço apresente um atendimento satisfatório no entendimento delas, as oficinas realizadas e os cursos oferecidos contribuam, significativamente, no processo de aprendizagem, como momentos de distração e como impulsionamento de um saber fazer, permitindo a promoção de uma autonomia.

O sentimento de que o atendimento não era mais tão qualificado e ágil foi reproduzido por muitas assistidas que já tinham vivenciado as diversas fases do CRAMLV.

Sinceramente, eu preferia como era antes, porque eu acho que eles se preocupavam mais com as outras pessoas. Assim, tinha dias que ia no Centro sem ter marcado e eles atendiam, agora não, para eu ser atendida, tive que ligar para aqui. Tem mais de 20 dias que eu liguei, assim, tem três meses que eu não consigo, então, nesses 20 dias eu não sei o que ele pode estar fazendo por lá... porque eu tinha que ter um horário para falar com o advogado. E, antigamente não, ela dava um jeito, entre um horário e outro. Por telefone, ela atendia por telefone, pelo menos para te dizer alguma coisa: “Vou dar uma olhada em seu processo”. Porque meu processo foi demorado. (Entrevistada Maria, 34 anos).

A narrativa acima resume o sentimento de algumas assistidas colaboradoras da pesquisa. Em seus discursos havia um saudosismo pelo serviço anteriormente prestado e uma comparação com a

¹⁰ . As entrevistas com as assistidas pelo serviço aconteceram no ano de 2012 a 2015. Em vista a preservação de suas identidades, os nomes que lhe são dados não correspondem a seus respectivos nomes.

equipe técnica anterior. Nas reclamações, aparece a dificuldade em marcar um horário ou ter algum tipo de resposta rápida por telefone. Embora Maria ainda prefira o Centro a outros serviços da rede, ela não esconde o sentimento nostálgico por outro momento ali vivenciado.

Durante os meses que permaneci realizando a pesquisa no novo modelo de centro, a impressão foi semelhante à de muitas assistidas. Senti falta de uma estrutura mais acolhedora, de um atendimento com caráter mais emergencial. Em muitas conversas informais que tive com funcionárias da administração e da limpeza, havia, em suas falas, uma constante repetição: *“aqui já foi bom”, “não é mais a mesma coisa”, “eu acho que esse serviço não vai durar”, “essa coordenadora não sabe de nada”*. Os próprios funcionários demonstraram não ter uma relação fluida entre eles e o ambiente parecia estar dividido por muitas concepções e desentendimentos.

Em meio à copa do mundo realizada no Brasil e aos festejos juninos estava realizando a pesquisa no centro, a dificuldade era constante, pois havia um esvaziamento explicado pelas técnicas por causa dos jogos e pelo recesso. Nesse período fui convidada a participar da festa junina que seria realizada pelo CRAMLV [...]. Durante a festa alguns sorteios de brindes foram sendo realizados e a música fluía, o número de mulheres não era grande e uma técnica que estava presente foi embora cedo. Enquanto estávamos reunidas duas mulheres chegaram no centro, uma estava visivelmente fragilizada e a outra lhe acompanhava, foi então que um funcionário da portaria comunicou a uma das técnicas que havia uma mulher que comparecia pela primeira vez no CRAMLV e necessitava do primeiro acolhimento, como estava próximo das técnicas e como as duas eram da nova equipe não me conheciam, ao ouvi-las dialogar, era notório que nenhuma das duas queriam realizar aquele acolhimento, justificavam que não era o momento adequado e que a mulher deveria participar da festa e agendar atendimento para outro momento, depois de tanto impasse uma das técnicas resolveu realizar o atendimento, mas em um intervalo de 5 minutos voltou para o momento de confraternização. (Diário de Campo, 2014).

Esse momento presenciado é um exemplo de outros vivenciados neste período. A falta de entendimento sobre a temática, de uma discussão constante e de um fazer diferenciado era perceptível desde a coordenação até a equipe que realizava o atendimento. A falta de um processo de capacitação mais substancial e não apenas momentâneo faz um diferencial, sentido pelas assistidas, por funcionários e por tantos outros que ali estavam. Com isso, não se anula o valor no serviço

prestado, mas apenas a constatação de que todo o trabalho realizado sobre a temática de violência contra mulheres, de grupos politicamente minoritários não pode ser realizado à revelia de um entendimento apurado, de uma entrega para o serviço e de uma constante busca por melhorias a fim de atingir uma equidade de gênero e a não reificação das desigualdades.

Diante do contexto das mudanças ocorridas no CRAMLV fica evidente o quanto o serviço sofreu retrocesso em diversas instâncias e aparece enquanto ferramenta de propaganda governamental e instrumento de troca para a manutenção de alianças. Portanto, é necessário um constante monitoramento dos movimentos feministas, de mulheres e da sociedade civil, a fim de que uma conquista tão significativa não seja desconstruída e se torne apenas lembrança.

7. Considerações finais

Os Centros de Referência de Atenção à Mulher em Situação de Violência, assim como outros serviços, apresentam-se como agentes importantes neste processo de empoderamento e rompimento da violência, que não perpassam necessariamente pela via judicializante, garantindo às assistidas o direito de decidir o melhor caminho a percorrer, mediante atendimento social, psicológico e jurídico. Estes serviços lhes são ofertados sendo que o jurídico só é acionado se as assistidas assim optarem. A criação desta política pública tem assumido um papel significativo no processo de empoderamento de mulheres, no entanto, apresentá-la fora do contexto dos movimentos feministas é impropriedade.

Essa capacitação está no cerne da eficiência não somente desta, mas de muitas dentre as políticas públicas que visam acolher qualquer segmento social. A capacitação, tão pensada e trabalhada no início do Centro, se mostrou sempre presente nos primeiros anos do serviço, como foi relatado de forma unânime pela equipe técnica entrevistada. Colocar a capacitação

como uma metodologia constante figura como um dos desafios que surgem na atualidade do centro.

A falta de capacitação continuada e engajada, vem se refletindo nos acolhimentos às assistidas e no próprio trabalho realizado com essas mulheres no centro. Como foi exposto, em algumas falas, e a partir da minha própria vivência no centro, é notória a queda nos trabalhos e a ausência da importância desse serviço, enquanto agente importante no processo de empoderamento de mulheres que buscam romper com as violências vivenciadas e seguir outra trajetória.

Além do que já foi dito, outro fato foi constatado ao longo desse percurso: refere-se às verbas. A variação no quantitativo de investimentos que fomenta ou anula essas políticas e, sendo assim, a luta também perpassa pela garantia de uma verba mínima para o CRAMLV.

Após a finalização da pesquisa, fica perceptível a centralidade que o CRAMLV tem na rede de enfrentamento à violência. A análise positiva que muitas mulheres fazem do serviço demonstra que existem sim políticas que podem ser eficazes no trato dessa questão, mas isto não significa também desconhecer os limites de tal política. Diante do exposto, nesse trabalho, evidencia-se que essa política pública precisa constantemente de um olhar experimentado e dotado de conhecimento sobre a temática de violência, além da constante participação dos movimentos feministas, de mulheres, afim de que o serviço não se desfaça e perca o cerne da proposta.

Referências

AQUINO, Silvia de. Reflexões sobre a violência contra a mulher denunciada na DDM em Salvador. In: DEBERT, Guita G. et al. *Gênero e distribuição da justiça*: as Delegacias de Defesa da Mulher e a construção das diferenças. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero, Unicamp, 2006. Disponível em: <www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=50799>.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Curso de Direito Administrativo*. São Paulo: Malheiros, 2004.

BARSTED, Leila Linhares. *Em busca do tempo perdido*: mulher e políticas públicas no Brasil. 1983-1993. Brasília: UNICEF; Ministério das Relações Exteriores, 1994.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*: um manual prático. Tradução Pedrinho A. Guareschi. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BECKER, Howard S. *Truques da escrita*: para começar e terminar teses, livros e artigos. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

BRASIL. Senado Federal. Datasenado. *Violência doméstica e familiar contra a mulher*. Brasília: Senado Federal; Secretaria de Transparência, mar. 2013a. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/senado/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-Violencia_Domestica_contra_a_Mulher_2013.pdf>.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180*: Balanço anual. Brasília: SPM, 2013b. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2013/11/SPM_balancosemestral_Liguel180_out2013.pdf>.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPM*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005. Disponível em <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnpm_compacta.pdf>.

DEBERT, Guita Grin. Políticas públicas, violência e família. In: WOLFF, Cristina Scheibe; FÁVERI, Marlene de; RAMOS, Tânia Regina Oliveira (Org.). *Leituras em rede gênero e preconceito*. Florianópolis: Mulheres, 2007.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introduction: the discipline and practice of qualitative research. In: _____; _____. (Ed.). *The Landscape of Qualitative Research*: theories and issues. 2. ed. Paris: Sage, 2003. p. 1-45.

DESLAURIERS, J. P.; KÉRISIT, M. O delineamento da pesquisa qualitativa. In: POUPART, J. et al. *A pesquisa qualitativa*: enfoques epistemológicos e metodológicos. Tradução Ana Cristina Nasser. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008

FALCÃO, Virginia. *Política de abrigo: a casa abrigo na Bahia, histórico e análise de um difícil processo*. Salvador, 2008.

FIELDING, Nigel; SCHREIER, Margrit. Introduction: on the compatibility between qualitative and quantitative research methods. *Qualitative Social Research* [online], v. 2, n. 1, 2001. Disponível em: <<http://qualitative-research.net/fqs/fqs-eng.htm>>.

FLICK, Uwe. *Métodos qualitativos na investigação científica*. 2. ed. Lisboa: Monitor, 2005a.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

HARDING, Sandra (Org.). *Feminism and methodology: social science issues*. Bloomington: Indiana University Press, 1987

HARDING, Sandra. ¿Existe un método feminista? In: BARTRA, Eli (Org.). *Debates en torno a una metodología feminista*. México (D.F): Universidad Autónoma Metropolitana, 1998. p. 9-34. Disponível em: <http://148.206.107.15/biblioteca_digital/capitulos/81-2350ske.pdf>. Acesso em:

IZUMINO, Wânia Pasinato. *Justiça para todos: Juizados Especiais Criminais e a violência de gênero*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

LISBOA, Teresa Kleba. Violência e relações de gênero: definindo políticas públicas. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 2. São Luís – MA. *Anais*. 23-26 ago. 2005.

LISBOA, Teresa Kleba. *Gênero, classe e etnia: trajetória de mulheres migrantes*. Florianópolis; Chapecó: UFSC; ARGOS, 2003.

LISBOA, Teresa Kleba. O empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas sociais. In: FAZENDO GÊNERO 8 – Corpo, violência e poder. *Anais*. Florianópolis, 25-28 ago. 2008.

MALINOWSKI, Bronislaw. Objetivo, método e alcance desta pesquisa. In: _____. *Argonautas do Pacífico Ocidental*, 1922.

OBSERVATÓRIO DA LEI MARIA DA PENHA – OBSERVE. 2011. *Identificando entraves na articulação dos serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar em cinco*

capitais. Projeto Observe/UNIFEM: Relatório Final, mar. 2011. Disponível em: <[http://www.observe.ufba.br/_ARQ/relatorio_final_re-des%5B1%5D%20\(1\).pdf](http://www.observe.ufba.br/_ARQ/relatorio_final_re-des%5B1%5D%20(1).pdf)>.

PASINATO, Wânia. Delegacias de Defesa da Mulher e Juizados Especiais Criminais: mulheres, violência e acesso à justiça. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS – ANPOCS, XXVIII. *Anais*. Caxambu, Minas Gerais, 26-28 out. 2004.

RIFIOTIS, Theophilos; VIEIRA, Danielli (Org.). *Um olhar antropológico sobre violência e justiça: etnografias, ensaios e estudos de narrativas*. Florianópolis: Ed. UFSC, 2012.

SARDENBERG, Cecilia Maria Bacellar. Migrações perigosas: as (des)aventuras semânticas do conceito de gênero nos projetos e políticas para mulheres no Brasil. GONÇALVES, Eliane; VANNUCHI, Maria Lúcia; TRÓPIA, Patrícia Vieira; TOSTA, Tania Ludmila Dias (Orgs). *Iguais? gênero, trabalho e lutas sociais*. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2014.

SARDENBERG, Cecilia Maria Bacellar. Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista. COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecilia Maria Bacellar (Org). *Feminismo, ciência e tecnologia*. Salvador: REDOR/NEIM-FFCH/UFBA, Coleção Bahianas, 8, 2002.

SARDENBERG, Cecilia, COSTA, Ana Alice Alcântara. Feminisms in Contemporary Brazil: Advancements, Shortcomings, and Challenges. In: BASU, Amrita (Org.). *Women's movements in a global era: the power of local feminisms*. Boulder, Colorado, USA: Westview Press, 2010, p. 125-150.

SARDENBERG, Cecilia Maria Bacellar. *A violência simbólica de gênero e a lei "antibaixaria" na Bahia*, 2011. Disponível em: <<http://www.observe.ufba.br/noticias/exibir/344>>.

SOARES, Bárbara Mussumeci. *Mulheres invisíveis: violência conjugal e as novas políticas públicas de segurança*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da Violência 2012: *Caderno complementar 1: Homicídio de mulheres no Brasil*. São Paulo: Instituto Sangari, 2012. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_mulher.pdf>.

VELÁZQUEZ, Suzana. *Violencias cotidianas, violencia de genero: escuchar, comprender, ayudar*. Barcelona: Paidós Iberica, 2003.

ZALUAR, Alba. *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

ZALUAR, Alba. Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas. In: DURHAM et alii. *A aventura antropológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.